

## O dilema da Rio + 20

Os processos produtivos inaugurados com as atividades agropecuárias há 11 mil anos têm sido determinantes para os impactos ambientais. No entanto, é a partir do século XIX, com a universalização do capitalismo que tais processos passaram a provocar transformações socioecológicas intensas e de escala.

Essas mudanças ganham destaque, principalmente a partir da II Guerra, com a intensificação do ritmo de produção e consumo. Em todo o mundo, entre 1950 e 1970, a produção de manufaturas quadruplicou; a de grãos por hectare duplicou, entre 1950 e 1980, e as indústrias de pesca triplicaram as capturas. Em 1940, foram consumidas quatro milhões de toneladas de fertilizantes químicos e, em 1990, 150 milhões. Aproximadamente 10 milhões de substâncias químicas foram produzidas, desde 1900 e, entre 1940 e 1982, a produção de substâncias sintéticas aumentou 350 vezes.

O impacto à saúde desse modelo de desenvolvimento ganha visibilidade nos países industrializados. O *smog* fotoquímico, de dezembro de 1952, em Londres, levou à morte cerca de 4000 pessoas em sete dias. Começaram, então, a surgir movimentos sociais e iniciativas questionadoras do modelo. O Clube de Roma editou, em 1972, *Os Limites do Crescimento*, focando os problemas socioambientais. Nesse mesmo ano, a ONU organiza, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, que coloca o tema na agenda multilateral, cria o PNUMA e estimula a criação de órgãos nacionais dedicados ao tema. Em 1987, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, publica *Nosso Futuro Comum*, quando o conceito de Desenvolvimento Sustentável ganha destaque. Nele, se diz que a humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável, atendendo às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Na formulação se critica a distribuição desigual de renda entre os países. Contudo, os elementos centrais que determinam tais contradições estão omissos, ou seja, a dominação político-econômico-militar das grandes potências e a exploração no interior de cada nação, pela lógica das sociedades de mercado.

Nesse contexto é convocada a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (a Rio 92). Nela, foi reafirmado o conceito de Desenvolvimento Sustentável e lançada a Agenda 21.

Em 2002, a Conferência de Joanesburgo é chamada para avaliar os resultados da Rio 92: a pobreza havia aumentado e a degradação ambiental havia piorado. O que o mundo desejava, segundo sua Assembléia Geral, era uma Conferência que apontasse para resultados na erradicação da pobreza e de produtos químicos perigosos e em investimentos em saneamento, saúde e biodiversidade.

Chegaremos à RIO + 20, em junho de 2012, cujos eixos são “economia verde para a eliminação da miséria global e governança para a sustentabilidade do planeta”, na seguinte situação quanto aos problemas já citados: 1) um sistema globalizado, onde cabe a países centrais produtos de alta tecnologia e de menor impacto ambiental e aos países periféricos a produção de *commodities* com grande impacto ambiental e efeitos sobre a especulação do preço da terra; assassinatos de lideranças locais pelos latifundiários; monocultura agrícola, com uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos e deslocamento de populações para “obras do desenvolvimento”; 2) crise do capitalismo, com desemprego e subemprego atingindo 1 bilhão de trabalhadores; 3) 1 bilhão de pessoas com desnutrição protéico-calórica e algum tipo de carência alimentar; 4) 1 bilhão e 100 milhões sem acesso adequado à água; 5) três guerras desencadeadas pelos EUA e aliados, com enorme destruição de vidas humanas e do meio ambiente: Afeganistão, Iraque e Líbia, esta sustentada pela OTAN.

Pergunto: este é o Desenvolvimento Sustentável propagado? É possível economia verde para erradicação da miséria global, sem enfrentamento estrutural do capitalismo?

Ary Carvalho de Miranda  
*Escola Nacional de Saúde Pública*